

## 6. Barbara Maria de Albuquerque Mitchell \*

### *Repensando o Welfare State: disputas entre a União, os estados e o movimento negro durante a Guerra à Pobreza (1964 - 1968)*

#### ABSTRACT

**O** objetivo deste artigo é analisar a Guerra à Pobreza de Lyndon Johnson focalizando os conflitos entre o governo federal, os estados e o movimento negro, especialmente o pelos direitos civis. Considerando que parte do movimento negro vai se utilizar da possibilidade de diálogo direto com os membros do governo democrata para exercer pressão no aumento de programas sociais, é também importante entender os diferentes meios de inserção dos grupos sociais durante a Guerra à Pobreza. Ademais, planejo investigar como tais métodos influenciaram as disputas por poder e recursos locais disponibilizados pelo governo ao financiar os programas da Guerra à

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bolsista CNPq.  
Email: [barbaramitchell@gmail.com](mailto:barbaramitchell@gmail.com)

Pobreza. Com isso em mente, este artigo enfatizará a dinâmica de operação da Guerra à Pobreza, assim como as tensões existentes entre as forças oficiais e os movimentos sociais durante o projeto.

#### Palavras-Chave

Estados Unidos da América. Guerra à Pobreza. Movimento pelos Direitos Civis. Partido Democrata.

\*\*\*

**E**ste trabajo tiene como objetivo analizar la Guerra a la Pobreza del gobierno de Presidente Lyndon Johnson con base en los conflictos entre el gobierno federal, los estados y el movimiento negro, con destaque al movimiento por los derechos civiles. Parte del movimiento negro va a aprovecharse de la posibilidad de diálogo directo con los miembros del gobierno democrata para ejercer presión por la ampliación de los programas, entonces es interesante considerar también las formas de inserción de los sectores sociales en medio del proyecto de la Guerra a la Pobreza y cómo esos mecanismos tendrán efecto en las disputas de recursos por el poder local, disponibles por el gobierno en sus programas. Por eso, se pretende enfatizar la dinámica de funcionamiento de la Guerra a la Pobreza y las tensiones existentes entre las fuerzas oficiales y los movimientos sociales en su conducción.

## Palabras claves

Estados Unidos. Guerra a la Pobreza.  
Movimiento por los derechos civiles.  
Partido Demócrata.

\*\*\*

**T**he purpose of this article is to analyze President Lyndon Johnson's War on Poverty focusing in the conflicts among the federal government, states and African American movements, especially the civil rights movement. Whereas that segment of the African American movement used mechanisms of direct contact with democratic government staff in order to make pressure for enlargement of social programs, I also intend to consider the different methods of insertion of social groups within the War on Poverty. Moreover, I plan to investigate how those methods influenced the disputes for local power and resources made available by the government to finance War on Poverty programs. With that in mind, this article will emphasize the operation dynamics of the War on Poverty as well as existing tensions between official forces and social movements during the project.

## Keywords

United States of America. War on Poverty.  
Civil Rights Movement. Democratic Party.

## 1. A Guerra à Pobreza e o movimento pelos direitos civis

A exclusão dos negros dentro dos Estados Unidos se manteve mesmo após a abolição da escravidão (1863) e o fim da Guerra de Secessão (1865). A Reconstrução e a proclamação das 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> Emendas Constitucionais<sup>1</sup> sofreram grande oposição dos núcleos mais conservadores dentro da sociedade e, mesmo entre os apoiadores, o racismo e a crença na inferioridade do negro em relação ao branco permanecia. Como forma de burlar o processo de integração dos negros, muitos estados do Sul começaram a aprovar os chamados *black codes* durante a Reconstrução. Em 1868, mesmo ano da aprovação da 14<sup>a</sup> Emenda, parlamentares autorizaram a criação de escolas específicas para negros pelos estados. Funcionando como estopim, a segregação das escolas deu margem para o surgimento de inúmeras leis segregacionistas, também conhecidas como *Jim Crow*, que foram legitimadas pela Suprema Corte em 1886 com o caso *Plessy v. Ferguson*. As leis segregacionistas não passaram despercebidas e com as claras dificuldades de lutar contra elas, uma das principais alternativas encontradas pela resistência foi a legal.

Para isso, como mostra Rodrigo Farias em "*William F. Buckley Jr., National Review e a Crítica Conservadora ao Liberalismo e os Direitos Civis nos EUA, 1955-1968*", em 7 de

<sup>1</sup> A 13<sup>a</sup> emenda foi a responsável por proibir a escravidão e o trabalho forçado, salvo como punição por crimes, nos EUA e a 14<sup>a</sup> emenda declara que todos nascidos ou naturalizados nos Estados Unidos são cidadãos.

junho de 1882, em Nova Orleans, Louisiana, a associação de cidadãos *East Louisiana Railroad*, Homer Plessy e um detetive contratado almejavam expor a segregação em trens. Ao contrário do exigido pela legislação local, Homer Plessy, um homem negro de pele clara, embarcou em um vagão para brancos, a princípio, sem problemas. Porém, ao se identificar como negro para o encarregado por recolher as passagens da companhia de trens e se recusar a mudar para o vagão específico, o detetive previamente contatado imediatamente o prendeu. Como já esperado, Plessy permaneceu por 20 dias na prisão, além de ter sofrido uma multa, mas a *East Louisiana Railroad* deu início ao processo que objetivava tornar inconstitucional as leis segregacionistas. Após quatro anos o processo chegou à Suprema Corte. A defesa de Plessy argumentava que a segregação dos vagões era inconstitucional se levadas em consideração as 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> Emendas, mas a decisão dos magistrados em maio de 1896, por 7 votos a 1, não foi a esperada por eles: “A legislação é impotente para erradicar os instintos raciais ou para abolir distinções baseadas em diferenças físicas, e a tentativa de fazê-lo pode resultar apenas no agravamento das dificuldades da presente situação. Se os direitos civis e políticos de ambas as raças forem iguais, uma não pode ser inferior à outra civil ou politicamente. Se uma raça for inferior à outra socialmente, a Constituição dos Estados Unidos não pode colocá-los no mesmo plano”.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Plessy v. Ferguson - 163 U.S. 537 (1896). Disponível em: <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/163/537/case>.

O veredicto da Suprema Corte no caso *Plessy v. Ferguson* legitimou as leis segregacionistas do *Jim Crow* e oficializou o entendimento da 14<sup>a</sup> Emenda como restrita aos direitos políticos dos negros, excluindo assim os sociais. Mesmo se tratando dos direitos políticos, sabe-se que muitos estados criaram (e ainda criam) inúmeros empecilhos para afastar o eleitorado negro, o que foi parcialmente resolvido com o *Voting Rights Act* de 1965, outra demanda importante do movimento pelos direitos civis. O processo de elisão social, econômica e política dos negros foi mantido após a abolição através de leis e práticas em todo o país, inclusive o Norte, alavancando a desigualdade entre negros e brancos nestas esferas. Aos negros foi negado ou dificultado o acesso à educação, habitação, emprego, participação política e até mesmo o direito de ir e vir restando a eles uma posição de subalternidade dentro do corpo social norte-americano.

É importante destacar que, apesar do uso constante, os termos “movimento negro” e “movimento pelos direitos civis” não representam uma visão homogênea destes grupos subalternos. Cabe observar que diferenças de pautas, métodos e demandas são características e muitas vezes tornavam a dinâmica da luta pela igualdade ainda mais complexa<sup>3</sup>. Quando pensado no

html. (Tradução por Rodrigo Farias em *William F. Buckley Jr., National Review e a Crítica Conservadora ao Liberalismo e os Direitos Civis nos EUA, 1955-1968*. 2013. 371 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. (Acesso: 15/02/2017)

<sup>3</sup> BAUMAN, Robert. *Race and the War on Poverty: From Watts to East L.A.*; Norman: University of Oklahoma Press, 2008.

movimento pelos direitos civis, a historiografia recente e a memória popular costumam se referir ao período clássico, ou seja, desde 1954, com *Brown v. Board of School*, até 1964 e a aprovação da lei pelos Direitos Civis. O “curto *civil rights*”, como chamado por Jacquelyn Hall<sup>4</sup>, teria entrado em declínio a partir de com os conflitos pelo Vietnã, as *urban riots* e as reações aos “excessos” dos 1960 e 1970, rebeliões estudantis, radicalização da militância negra, o crescimento do feminismo, as ações afirmativas e o *welfare state* construído. Seria o momento do fortalecimento conservador que marcaria o início de uma outra história.

Essa visão simplificadora dos direitos civis, encabeçada pela nova direita segundo a autora, congelou a imagem de Martin Luther King Jr. em seu discurso *I Have a Dream* de 1963, emudecendo-o de maneira a descartar as suas principais críticas sociais aos Estados Unidos. O pastor denunciou a questão racial enquanto um problema nacional, não só do Sul, os horrores da Guerra do Vietnã e a associação do racismo e do militarismo com o imperialismo norte-americano. Além disso, teve papel ativo militante na defesa da sindicalização, defendeu estratégias para reverter a pobreza e a desigualdade que assolavam os negros, como a *poor people’s campaign* e esteve presente em diversas greves de trabalhadores, sendo assassinado em 1968 durante seu apoio a greve dos sanitaristas. A medida que Martin Luther

King, um dos nomes mais famosos da luta pelos direitos civis, foi reconstruído historicamente menos militante e mais próximo de uma idealização pacífica e quase *color blind*, há uma descaracterização dos seus objetivos. O núcleo cristão dos direitos civis passa por uma reconfiguração que os torna símbolos perfeitos de uma narrativa que pretende restringir os direitos civis aos anos de 1950 e 1960, como se todos os problemas daquele período já tivessem sido resolvidos. Não só isso, mas as pautas de grupos como o *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) não são totalmente retomadas, na tentativa de esconder reivindicações mais radicais. Ao confinar os direitos civis às tensões no Sul e reduzi-los à uma atuação apenas entre 1950 e 1960, há um silenciamento das pautas que abordam questões ainda atuais nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os direitos civis são mantidos enquanto um símbolo de luta, mas do passado.

As raízes da narrativa clássica sobre o movimento pelos direitos civis têm duas principais origens: as estratégias do movimento e a resposta da mídia<sup>5</sup>. Ao longo dos protestos, os militantes utilizavam a linguagem de direitos democráticos, do universalismo cristão, a questão da não-violência, a ocupação das ruas para expor a segregação do Sul e os agentes federais para lutar contra o poder local. Já a mídia de massa, transformou os protestos em uma das principais histórias da modernidade, mas de maneira seletiva, usando figuras carismáticas, geralmente masculinas, e

<sup>4</sup> HALL, Jacquelyn. “The Long Civil Rights Movement and the Political Uses of the Past.” *Journal of American History*, 91, March 2005, 1233–1263.

<sup>5</sup> HALL, Jacquelyn. *Op cit.* p.1239.

conflitos atraentes para tv, em especial com "malignas personagens brancas" que traziam terror para multidões pacíficas. Levadas diretamente para as TVs americanas, as cenas dos protestos não tinham raízes históricas, como se tivessem começado do nada e com um único objetivo, a aprovação da lei. Se a princípio a mídia buscava apoio da população branca, a cobertura começa a se modificar ao meio dos anos 1960, em especial com o crescimento do *black power* e levantes negros no Norte. Com olhares hostis às diversas facetas do movimento negro, a cobertura televisiva abandonou até mesmo o Sul, ignorando as demandas crescentes sulistas, obscurecendo as conexões e similaridades inter-regionais dos problemas e demandas nacionais do movimento pelos direitos civis e criando uma brecha narrativa entre o que as pessoas pensam enquanto o movimento e as permanentes tensões populares do final dos 1960 e 1970.

Jacquelyn Hall defende a visão de um "longo *civil rights movement*" para ir além da narrativa clássica e da construída com bases mais conservadoras. Em primeiro lugar, a autora associa o movimento pelos direitos civis com questões políticas anteriores aos anos de 1950. Nesse sentido, aponta para uma associação entre os seus núcleos com setores do liberalismo radical de 1930 e do estabelecimento e fragmentação da ordem do *New Deal*. Com a Segunda Guerra e os conflitos raciais e sociais que eclodiram ao seu fim, as pautas do movimento pelos direitos civis se ampliaram para além do Sul. Outra questão importante é a reação conservadora,

normalmente identificada a partir de 1970 pelos autores, Hall aponta que, na verdade, o *backlash* não surgirá magicamente após o Civil Rights Act. Desde o crescimento do *civil rights* durante a Segunda Guerra, ele já criava o seu caminho e suas bases que culminaram com a chegada da nova direita no poder. Paralelamente, a economia aparecia desde já no centro de preocupação do movimento de maneira interligada a temas de gênero, classe e raça. Dentro dos próprios sindicatos as questões já eram presentes, seja em forma de demandas dos grupos ou na criação de núcleos específicos<sup>6</sup>.

A pressão dos negros em relação as restrições do *New Deal* e as possibilidades dos estados, principalmente no Sul, de os excluírem dos seus benefícios, foi fundamental para o crescimento do movimento pelos direitos civis<sup>7</sup> e, em algumas cidades como Washington e Detroit, já eram usados piquetes, *sit-ins* e, ocasionalmente, a violência<sup>8</sup>, formas de protestos que se tornaram notórias nos anos de 1960. Entendendo que o racismo sempre esteve aliado à exploração econômica, *civil rights unionists* vão unir em pautas políticas a proteção contra discriminação com políticas sociais

<sup>6</sup> Entre 1940 e 1950 há a formação de inúmeros grupos e sindicatos que ou traziam uma união de núcleos progressistas ou eram destinados a setores específicos da sociedade. Robert Korstad chama de *Civil Rights Unionism* a formação de organizações que associavam o movimento pelos direitos civis e o dos trabalhadores em uma visão nacional.

<sup>7</sup> SITKOFF, Harvard. *A New Deal for Blacks - The emergence of Civil Rights as a National Issue: The Depression Decade*; New York: Oxford University Press, 1978.

<sup>8</sup> BRINKLEY, Alan. *Liberalism and its Discontents*; London: Harvard University Press, 1998.p.98.

universalistas de *welfare* e questões de direitos individuais com direitos trabalhistas. Para eles, a democratização do mercado de trabalho e a possibilidade de criar acordos coletivos de salários e empregos vinham conectados com as demandas por habitação acessível, emancipação política, igualdade educacional, na saúde e a proteção de suas vidas. Até a guerra fria, as demandas sindicais trabalhistas, incluindo aqui brancos progressistas e comunistas, confluíam com as do movimento pelos direitos civis. Contudo, o anticomunismo do pós-guerra e o ataque das corporações aos sindicatos, dismantelando e ampliando o controle sobre estes, atrapalhou a continuidade das relações sindicais e do movimento pelos direitos civis. Por outro lado, esse mesmo anticomunismo deu um argumento importante para a retórica dos *civil rights*: a forma como os negros eram tratados dentro do país tirava crédito externo dos Estados Unidos na qualidade de liderança da liberdade.

Mesmo no Norte, o fim da Segunda Guerra trouxe mecanismos para a ampliação da separação entre negros e brancos. A suburbanização, a construção das grandes estradas e toda a infraestrutura que as acompanhou, aumentou a lacuna já existente entre a situação de vida dos negros e brancos em um ambiente urbano. Os subúrbios foram criados para moradores brancos, considerando que parte dos negros não tinha condições financeiras para comprar uma casa nessas regiões e os bancos se negavam a conceder empréstimos para famílias interessadas em

se mudar para bairros “não adequados” para a sua cor. Toda a rede de serviços necessária para os moradores dos subúrbios e seus filhos também seguia essa mesma lógica. Nos bairros negros e também latinos, a prestação de serviços era com uma qualidade inferior ao das localidades brancas. O combate aos sindicatos e a precarização dos empregos comumente destinados aos negros, ou seja, que exigiam menor qualificação educacional, também contribuíram para o agravamento da situação. Essas questões eram muitas vezes ignoradas pelos liberais democratas que apontavam a desigualdade, a segregação, o racismo e o preconceito como problemas restritos ao Sul do país e pareciam satisfeitos com os efeitos da ordem do *New Deal* para a sociedade.

A reorganização do Partido Democrata a partir da década de 1930 trouxe um crescente número de votos, mas só a partir das migrações e a turbulência urbana que passaram a exercer de fato uma influência mais significativa sobre o Partido, aumentando a cisão entre os núcleos do Norte e do Sul. Em 1940, as tentativas de implementar mudanças para os negros através do *New Deal* e outras políticas, como de maior inclusão ao voto, eram normalmente bloqueadas pelos *dixiecrats* e por líderes conservadores brancos em cidades ao norte. Ao longo de 1950, a organização política e a ocupação dos estados do Norte foram se estruturando de tal maneira que, segundo Frances Fox Piven, em 1960, 90% dos negros do Norte estavam concentrados em apenas 10 dos estados mais populosos, ou seja, com o

maior número de eleitores<sup>9</sup>. A autora ressalta que a influência eleitoral dos negros foi diluída por inúmeros fatores como a menor probabilidade destes se tornarem eleitores registrados, por serem mais jovens, céticos ou apáticos em relação ao processo de votação e pela prática do *gerrymandering*<sup>10</sup>, onde os guetos negros muitas vezes não eram incluídos. A crescente mobilização política negra, em contrapartida, aumentou o impacto dos seus votos nacionalmente e as tensões entre as alas Sul e Norte do Partido Democrata, que caminhava cada vez mais para uma cisão.

Para Fox Piven, a cisão não pode ser atribuída apenas ao problema do voto negro. A turbulência generalizada nas ruas do Sul e, posteriormente, do Norte, geraram um impasse acerca da condução política do Partido em relação às demandas do movimento pelos direitos civis. Fragmentadas desde 1948<sup>11</sup>, as alianças entre Norte e Sul estavam paulatinamente se fragilizando. Não só pela questão do movimento pelos direitos civis, mas a própria disputa interna pelo controle do Partido Democrata e a pressão de setores mais progressistas entre os liberais democratas pelo rompimento de relações com os *dixiecrats* minou pouco a pouco a estabilidade intrapartidária<sup>12</sup>. Em seu livro,

Eric Alterman e Kevin Mattson demonstram como camadas liberais radicais e progressistas da sociedade estavam desapontadas com o Partido Democrata na década de 1950. Após a Segunda Guerra, esses setores esperavam a retomada das discussões sobre a raça, religião e etnia evitadas pelos democratas, em especial na primeira metade dos anos 1930. Nas eleições de 1952, o candidato à presidência foi Adlai Stevenson, mas o seu desempenho deixou a desejar e sua carreira política não convenceu o eleitorado democrata, tendo em vista que quando foi governador de Illinois não se mostrou a favor das medidas do *New Deal*, racionalizou o sistema de *welfare* e fez pouco pelos direitos civis. Já nas eleições de 1956, Stevenson contou com a ajuda de intelectuais renomados, como Arthur Schlesinger Jr., e apresentou um discurso muito mais liberal com propostas de *welfare* para a saúde, o *medicare*, defendeu o fim dos testes de armas nucleares e um planejamento de conservação dos parques e florestas nacionais. Ainda assim, se posicionou de maneira muito discreta sobre os direitos civis.

Os anos de 1950 foram a data limite para o Partido Democrata romper com as ações comedidas de apoio aos direitos civis e demonstrarem um maior comprometimento. O deslocamento dos padrões de voto, mudança ativada pelo crescimento do movimento pelos direitos civis, finalmente forçou uma manifestação entre os democratas<sup>13</sup>. A decisão da

<sup>9</sup> PIVEN, Frances. *Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare*; New York: Vintage Books, 1993. Versão Kindle. Posição 4339-4342.

<sup>10</sup> Método para redesenhar as regiões eleitorais e assim garantir o benefício ou prejudicar determinado grupo que votaria em determinado político ou partido.

<sup>11</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Posição 4348-4349.

<sup>12</sup> ALTERMAN, Eric; MATTSON, Kevin. *The Cause: The Fight for American Liberalism from Franklin*

*Delano Roosevelt to Barack Obama*; New York: Penguin Group, 2012.

<sup>13</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Posição 4365-4368.

Suprema Corte favorável à dessegregação racial nas escolas com *Brown v. Board of School* em 1954, o assassinato de Emmett Till em agosto de 1955<sup>14</sup> e o início do boicote de ônibus de Montgomery em 1955<sup>15</sup> adicionaram o combustível necessário para o alcance nacional das pautas e dos horrores vividos pelo movimento pelos direitos civis e os negros no país. Como resultado, o apoio oriundo do Norte crescia enquanto os estados do Sul lutavam pela manutenção da ordem. Politicamente, o Partido Democrata passou por grande tensão nacional, já que com a deserção do Sul e a ausência de esforço de muitos políticos locais em cooptar o voto negro ou incentivá-lo era preocupante eleitoralmente. O rompimento com as forças do Sul também reduziu o número de cidades que o Partido poderia contar para a eleição presidencial, mas essas mesmas cidades viviam em meio a inúmeros conflitos urbanos.

<sup>14</sup> Emmett Till era um jovem de Chicago que foi brutalmente assassinado por ter, supostamente, assobiado para uma mulher branca, Carolyn Bryant, quando visitava seu tio em Mississipi. JW Milam e Roy Bryant, irmão e marido de Carolyn, foram inocentados por um júri branco e alguns anos depois assumiram em uma reportagem a culpa pela morte do menino sabendo que não poderiam ser condenados por um crime que já havia sido julgado. Recentemente, Carolyn Bryant confirmou ter inventado a história para seu marido e irmão.

<sup>15</sup> Gerou a criação da Associação de Montgomery em 5 de dezembro por lideranças cristãs negras e líderes comunitários da região. Muitos já participavam da militância negra através de outros grupos como a NAACP. Em 1957 Martin Luther King, uma das lideranças em questão, se tornou o presidente da recém-criada Southern Christian Leadership Conference (SCLC). Disponível em: <https://prezi.com/yeeghzol9zn5/history-timeline/>

Como solução prática, Frances Piven demonstra como o *welfare* foi utilizado em várias partes do mundo como artifício de controle social ou redução de conflitos sociais. Nesse sentido, a autora entende que a renovação do Partido Democrata das políticas de *welfare* na década de 1960 tinham como base sim as demandas do crescente movimento pelos direitos civis, de camadas progressistas e liberais radicais, de intelectuais liberais, mas, além disso, pretendiam resolver as tensões e conflitos urbanos que preocupavam cada vez mais as camadas médias norte-americanas. Embora o ceticismo negro em relação ao Partido resistisse, Kennedy obteve 69% do voto negro nacional e os guetos de várias cidades do Norte representaram parcela fundamental de votos para assegurar a eleição em estados críticos. Sabe-se que JFK não fez praticamente nada sobre os direitos civis antes de sua morte, no entanto, como anteriormente citado, o programa contra a pobreza foi inicialmente pensado em sua administração. Ainda que tenha funcionado como uma tática para reduzir os problemas nas cidades, é notório que o projeto tinha como origem um esforço global maior, anterior aos anos 1960 e que foi evoluindo e se modificando até a década em questão. A Guerra à Pobreza foi uma ação legislativa que vinha de uma tradição de *welfare* existente dentro do próprio Partido, ampliando a lógica já estabelecida pelo *New Deal* ao incorporar novas demandas e questões postas, em especial, pelo movimento pelos direitos civis e setores mais radicais entre os liberais. Foi uma forma de reatualizar as relações entre



Estado e sociedade a partir da consolidação, mesmo que momentânea, de uma das culturas políticas em disputa durante os conflitos intrapartidários entre os anos 1940 e 1960.

## 2. A Guerra à Pobreza e as disputas entre a União, os estados e o movimento negro

Antes mesmo de entender como a Guerra à Pobreza gerou uma ampla disputa entre os poderes das mais diversas esferas, é importante tratar, ainda que de forma simplificada, sobre a questão do Estado nos Estados Unidos. Dentro do senso comum e de parte da historiografia<sup>16</sup>, há uma ideia de que o Estado norte-americano seria fraco em relação aos poderes locais, com pequenas exceções históricas ao longo dos anos. Em oposição a esta simplificação, Gary Gerstle, autor de *“Liberty and Coercion: the paradox of American government”*, defende que tanto a União como os estados foram construídos a partir de visões diferentes de poder e, por isso, as ações de um quanto de outro tem bases divergentes de influência. Nesse sentido, um governo central mais fraco não significaria uma maior liberdade aos indivíduos do país, tendo em vista que os estados ainda poderiam interferir em suas vidas pessoais. Enquanto a *Bill of Rights* tem um papel fundamental no controle do governo central em relação à individualidade dos cidadãos, os estados experimentam o crescimento gradual do seu poder de polícia. Esse poder de polícia, segundo Gerstle, vai ser responsável por

regulamentar a vida privada das pessoas, submetendo-as a um suposto bem comum. Como esse poder de polícia assumirá características particulares relacionadas a cada região, é interessante perceber que, muitas das vezes, os estados passarão a legislar acerca de assuntos morais e pessoais.

Ademais, o autor deixa evidente que o poderio da União e o poderio dos estados era diferente. Enquanto o governo federal se via tolhido pelas limitações da *Bill of Rights*, os estados poderiam interferir diretamente na vida pessoal dos cidadãos com o uso do seu poder de polícia, independentemente de uma maior centralização do governo central ou não. Assim, *Liberty and Coercion* apresenta uma visão renovada sobre as disputas de poder, salientando que não existe apenas uma modalidade desta. Já que a União e os estados possuem formas diferentes de poder, os seus embates não podem ser compreendidos somente pela lógica da centralização versus descentralização, envolvendo também nesses embates localidades dentro do país e o teor político de leis, medidas e orientações que poderiam ser mais progressistas ou mais conservadoras. Um dos elementos fulcrais da tese defendida é a observação do modo com que as crises do século XX foram importantes para a ampliação do poderio da União e o processo que transformou o Estado em um leviatã<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Sobre isso ver: NOVAK, William J. “The myth of the ‘weak’ American state”. *The American Historical Review*. Vol. 113, No. 3, Jun., 2008, pp. 752-772.

<sup>17</sup> GERSTLE, Gary. *Liberty and Coercion: The Paradox of American Government*; Princeton: Princeton University Press, 2015. p.7.

Sendo assim, a Grande Depressão, a condição de guerra praticamente permanente com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria e os direitos civis representaram um ataque às estruturas governamentais vigentes até então. Porém, no entendimento do historiador, a Guerra Fria foi o componente de maior impacto para a eclosão de um Estado central duradouramente grande e fortalecido, com base na segurança nacional e o crescimento do complexo-industrial militar<sup>18</sup>. Curiosamente, mesmo em governos republicanos declaradamente contrários a um “Estado grande”, Gary Gerstle percebe a permanência e investimento nesses aparatos de defesa nacional e controle dos próprios cidadãos pelo governo, ou seja, a questão de um Estado maior ou menor não consideraria, para os conservadores, a redução das inúmeras peças da segurança nacional, mas sim das atribuições do governo federal, por exemplo, em relação ao *welfare* e intervenção na economia.

Ademais, o estudo do autor sobre a Guerra à Pobreza e seu impacto para o Estado é de grande valor para este artigo. Dentro da lógica do historiador em que existe uma ampliação do governo central durante a Guerra Fria, em especial para a segurança nacional, há também a consideração dos anos de 1960 como um momento de êxito da União em reduzir o poder de polícia dos estados. Com um governo federal já centralizado dentro da lógica da guerra, temas como direitos das minorias e questão racial vão ser conjuntamente considerados

prioridades<sup>19</sup>. Retomando algumas das preocupações do *New Deal* com questões sociais, mas com os recursos e legitimidades garantidos pela Guerra Fria, a década de 1960, especialmente o governo de Lyndon B. Johnson, foi marcada por transformações no *welfare* e nas relações de poder. Paralelamente a isso, a Suprema Corte estabelece a *Bill of Rights* como regra tanto para a União como para os estados a partir de suas decisões judiciais. Paulatinamente, os estados começam a perder sua capacidade de criar regras que tratem de matrimônio, justiça criminal, sexualidade e educação religiosa que contradigam a *Bill of Rights*, causando um impacto grande no poder de polícia estadual que foi ampliado a partir da Grande Sociedade e o projeto de completar o trabalho do *New Deal* no governo Johnson.

Para organizar a luta contra a pobreza, Johnson lançou, em 1964, o *Economic Opportunity Act*, base legislativa da nova agência federal *Office of Economic Opportunity* (OEO). O OEO tinha como papel administrar os vários programas criados para a Guerra à Pobreza e Sargent Shriver foi nomeado para a direção do *Office*. Com grande destaque na direção dos *Peace Corps*, escreveu artigos, concedeu entrevistas para rádio, televisão e participou de palestras em várias universidades defendendo a importância do programa. Assim, a sua inclusão como principal nome na condução da Guerra à Pobreza possibilita o entendimento de que Johnson pretendia desenvolver um projeto

---

<sup>18</sup> *Idem*.pp.8-10.

---

<sup>19</sup> *Idem*.*Ibidem*.pp.273-4.

de grande complexidade, mas que precisava conseguir vasto apoio populacional.

Contemporaneamente, a estrutura da Guerra à Pobreza foi entendida por alguns intelectuais como inovadora em relação aos projetos de *welfare* que se aplicava até então nos Estados Unidos<sup>20</sup>. Ao invés de criar emendas ao Social Security Act, a criação dos programas anti-pobreza gerou uma forte pressão nas restrições estaduais de auxílio e representou outra maneira fulcral da União reduzir o poderio dos estados. Ao contrário do que aconteceu durante o *New Deal*, os estados não teriam a mesma facilidade para burlar e alterar os objetivos dos programas de auxílio ou impedir o atendimento de determinado setor da sociedade, em especial os negros. Para Frances Piven, a intervenção federal aconteceu em três linhas principais: através do estabelecimento de novos serviços, tanto públicos como privados, que ofereceram aos pobres informação sobre o direito ao *welfare* e assistência de especialistas que os auxiliaram a conseguir os benefícios; a iniciação de um litígio para desafiar leis locais e políticas que tivessem como objetivo excluir determinados setores de usufruírem dos projetos e o apoio de novas organizações oriundas das comunidades pobres empenhados em informar aos cidadãos do seu direito à política do *welfare* e em pressionar oficiais do governo em relação às suas próprias demandas de transformação no sistema. Como evidenciado pela autora e por parte da historiografia anteriormente citada, a

<sup>20</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Versão Kindle. Posição 4311-4319.

Guerra à Pobreza acabou assumindo um caráter de oposição ao poder dos estados.

A pressão popular, a organização do movimento pelos direitos civis e suas reivindicações por melhorias, transformações sociais e econômicas através da atuação do governo, são determinantes para entender o *Community Action Program*. Se inicialmente foi pensado como uma pequena parte da Guerra à Pobreza, o CAP ganhou força e se tornou um dos principais projetos naquele momento. Ao prometer “participação máxima” das comunidades locais, inaugurava uma nova maneira de relação entre o governo e as forças locais em uma lógica de *welfare*. Em 1964, o *Economic Opportunity Act* alocou 350 milhões de dólares para o CAP inicialmente<sup>21</sup> e Johnson declarou que pretendia utilizar todos os recursos disponíveis: federais, estaduais, locais, privados, humanos e materiais para ajudar essas comunidades a saírem da pobreza<sup>22</sup>. Grupos ao redor de todo o país foram incentivados a escrever propostas ao governo federal por fundos para estabelecer as suas próprias *Community Action Agencies* e em 1966 já existiam mais de mil delas espalhadas pelo país<sup>23</sup>.

Apesar de cada uma dessas agências carregar características específicas das suas comunidades, esperava-se que mantivessem como guia principal as

<sup>21</sup> Esse valor chegou a 800 milhões de dólares, quase 40% dos gastos do *Economic Opportunity Act*. (GERSTLE, Gary. *Liberty and Coercion: The Paradox of American Government*; Princeton: Princeton University Press, 2015.p.304).

<sup>22</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Versão Kindle.Posição 4410-4412.

<sup>23</sup> GERSTLE, Gary. *Op cit.*p.304

recomendações do CAP e estabelecessem suas próprias lideranças a partir de membros daqueles locais. Gary Gerstle demonstra como essa perspectiva do CAP tinha como base intelectual a crença, entre muitos dos membros do governo Johnson, na pobreza como uma questão também cultural. Assim, o CAP seria importante para os pobres adquirirem traços culturais determinantes para saírem dessa pobreza. Tal visão era extremamente elitista e preconceituosa, partindo do princípio que através do CAP os pobres perceberiam um caminho para “superar” costumes enraizados entendidos como determinantes para a sua condição de pobreza. Paralelamente, outro setor do governo e intelectuais acreditavam no CAP como uma chance dessas comunidades pobres participarem ativamente da política e, a partir das suas próprias concepções e organização, encontrarem o melhor caminho de auxílio para as suas próprias comunidades. A inclusão e o poder eram assim entendidos como elementos fulcrais no processo de transformação na vida daquelas pessoas.

É curioso notar como os programas da Guerra à Pobreza tinham como ênfase o âmbito urbano. Evidentemente que em áreas rurais os problemas da pobreza, violência, carência e falta de habitações também existiam. Porém, apesar de não declaradamente, os guetos urbanos e o fortalecimento das comunidades negras e latinas dentro destes foi o elemento fulcral para entender a diferença de atuação da ação governamental na cidade e no campo. Assim, a Guerra à Pobreza não foi só um

projeto de eliminação da pobreza, buscou também reduzir os conflitos urbanos e penetrar nessas comunidades. Com o *Community Action*, as lideranças locais se tornaram um veículo fundamental para envolver o maior número possível de membros das comunidades nos programas governamentais. A estratégia de utilizar os próprios moradores daquelas regiões para convocar a população vinha no sentido de tornar os projetos federais mais atrativos a partir do apoio de uma figura respeitada pelos cidadãos. Abre-se espaço para a disputa de um poder que antes era normalmente desempenhado por membros aliados aos poderes regionais e municipais, passando-o agora para as lideranças comunitárias. A nova marca dos programas da Grande Sociedade era justamente a relação direta entre o governo nacional e os guetos, gerando insatisfação entre os poderes estaduais e locais que foram deixados de lado<sup>24</sup>.

Essa situação contribuiu para pensarmos como a Guerra à Pobreza vai impactar as relações de poder nos Estados Unidos. A partir de um projeto do governo central, não só os Estados precisarão respeitar as regras estabelecidas pela União aos programas de *welfare*, as autoridades regionais da mesma forma perdem sua autonomia e até mesmo cargos importantes ou para membros do OEO ou para lideranças comunitárias a partir do CAP. O governo federal faz uso dessas mesmas lideranças como parte no seu ataque ao poderio local ao coloca-los em posições de

<sup>24</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Versão Kindle. Posição 4458-4460.

liderança e atribuir a elas parte da responsabilidade para administrar e angariar verbas e recursos públicos e privados.

No entanto, a mobilização das comunidades pobres contra as oligarquias locais já acontecia antes do CAP ser posto em prática e era encabeçada pelo movimento pelos direitos civis, especialmente no Sul<sup>25</sup>. Já no começo dos anos de 1960, o movimento pelos direitos civis marchava por inúmeras cidades desafiando o poder dos xerifes, confrontando governos e promovendo a dessegregação de locais. Nesse sentido, o CAP era a institucionalização do que o movimento pelos direitos civis já fazia no Sul do país. Por outro lado, mesmo com a proposta do governo em abrir um maior espaço para a participação e inclusão desses grupos sociais, os conflitos entre eles e os membros do governo ou dessas oligarquias locais não era incomum. São inúmeros os casos de confronto pela administração das verbas do CAP, inclusive entre líderes da mesma região, mas que era dividida entre duas minorias como negros e latinos, por exemplo<sup>26</sup>. Para além desses conflitos, o CAP vai gerar o desafio do comando do OEO, em especial quando as lideranças locais e comunidades negras começaram a mostrar sua insatisfação com partes do projeto e tentaram desenvolver práticas mais autônomas em relação ao governo federal. As próprias estratégias de administração e cooptação defendidas pelo OEO foram contrariadas por esses grupos,

<sup>25</sup> GERSTLE, Gary. *Op cit.*p.305.

<sup>26</sup> Sobre isso: BAUMAN, Robert. *Race and the War on Poverty: From Watts to East L.A.*; Norman: University of Oklahoma Press, 2008.

demonstrando que existia interesse em participar do CAP, mas com as suas próprias regras e não as do governo.

Dentro da visão do ataque promovido pela União ao poderio estadual e municipal, Gary Gerstle defende que o CAP se transformou em uma parte importante das zonas de embate. Mesmo com os conflitos gerados, o CAP ainda teve sucesso em reduzir o poder independente dos estados, municípios e das oligarquias que os apoiavam. Retornando a sua tese sobre a importância da Guerra Fria para o fortalecimento da União, ele afirma que a Guerra Fria também foi responsável pelo financiamento dos programas da Guerra à Pobreza, ao mesmo tempo em que o movimento pelos direitos civis contribuiu para transformar a luta contra o poder dos estados em um imperativo moral. Se o CAP vai servir como parte da estratégia do governo em reduzir o poderio estatal, ao mesmo tempo irá ser utilizado pelo movimento negro como espaço para ampliação das reivindicações sociais e econômicas, de aumento da sua participação política e utilização de verbas governamentais para transformações e investimento nas suas comunidades. Ou seja, existiu uma apropriação do programa pelos grupos sociais que acabou gerando modificações da sua constituição e no seu propósito.

Em *“The Rise of the Public Religious Welfare: Black Religion and the Negotiation of Church/State Boundaries during the War on Poverty”* de Omar M. McRoberts, a religião aparece como um instrumento social na análise de como a Guerra à Pobreza vai aumentar suas relações com as Igrejas

negras nos anos de 1960. A profunda ligação entre o movimento pelos direitos civis e o cristianismo não foi deixada de lado pelo OEO ao traçar estratégias para o CAP e, com a expansão do *welfare*, as negociações entre Estado e Igreja também cresceram. McRoberts destaca o papel do *Office of Civil Rights* na promoção das atividades religiosas do OEO. O *Office of Civil Rights* era o responsável por fiscalizar o cumprimento de práticas de igualdade racial e, por isso, tinha contato com vários grupos do movimento pelos direitos civis, inclusive os religiosos. Tais contatos foram incentivados pelo diretor do OEO, Sargent Shriver, veterano do Movimento Católico Interracial, defensor dos ideais promovidos pela justiça social católica e antigo responsável pelos *Peace Corps* no governo Kennedy. Shriver via com grande entusiasmo o aprofundamento nas relações entre o OEO, Igrejas e organizações religiosas. Nesse sentido, o autor percebe uma aproximação com o *public religious welfare*, uma teologia baseada na justiça e promotora de alívio da pobreza e desigualdade com reformas no governo e corrigindo consequências negativas do capitalismo baseado no *laissez-faire*<sup>27</sup>.

A busca por apoio religioso interferiu na construção da linguagem do CAP e na postura de Shriver e Johnson em relação aos grupos do CAP que tinham como base Igrejas negras. Segundo McRoberts, houve

uma grande preocupação em separar praticamente a religião pública, evitada a todo custo, e a religião privada, encorajada e apreciada como parte do CAP. Considerando a postura dos liberais acerca da separação entre Igreja e Estado, não poderia a Guerra à Pobreza abrir margem para uma reação conservadora nesse sentido. Contudo, a aproximação das Igrejas negras com o OEO não foi tão pacífica quanto o esperado pelos membros do governo. A militância dentro das Igrejas se fortalecia paulatinamente, sendo muitas delas associadas ao nacionalismo negro e opostas a presença do OEO. Com o crescimento da organização negra em oposição ao *welfare* promovido pelo governo federal, os membros do CAP buscavam ao máximo fortalecer os seus laços com aquelas Igrejas e líderes religiosos mais abertos às propostas institucionais como forma de contrabalançar a expansão do *black power*. Quando Martin Luther King adere a discursos mais militantes sobre o *welfare* e os Estados Unidos, o segmento não-violento do movimento pelos direitos civis parecia se afastar cada vez mais do OEO, dificultando as ações programadas pelo governo.

Para o OEO, a proximidade com Igrejas e grupos religiosos, seja através da criação de CAPs e apoio das atividades nas Igrejas ou do uso de uma linguagem moral com base religiosa na Guerra à Pobreza, pareceu uma prioridade na tentativa de equilibrar as relações com as comunidades negras em um momento de ascensão da ideologia negra militante. As grandes forças das

<sup>27</sup>MCROBERTS, Omar. “The Rise of the Public Religious Welfare: Black Religion and the Negotiation of Church/State Boundaries during the War on Poverty” in SPARROW, James; NOVAK, William; SAWER, Stephen (eds). *Boundaries of the State in US History*; Chicago. The University of Chicago Press, 2015.

lideranças religiosas negras nas comunidades eram vistas como uma porta de entrada e de cooptação extremamente importante para os programas da Guerra à Pobreza, mas a radicalização do movimento negro e do movimento pelos direitos civis, em parte inclusive por consequência da atuação dos EUA no Vietnã, representaram um obstáculo difícil de ultrapassar. Por outro lado, os líderes religiosos utilizavam do seu poder de influência naquelas comunidades para barganhar mudanças e ampliação de seus poderes com o OEO, alterando o funcionamento dos CAPs e se negando a corroborar com estratégias propostas pelo OEO, mas vistas como inadequadas por essas lideranças. Nesse sentido, a Guerra à Pobreza era, para essas lideranças negras, uma maneira de utilizar a experiência de luta e as ideias por trás dos *civil rights* para continuar a batalha pela ampliação da liberdade e da democracia por outras frentes<sup>28</sup>. O valor da influência dos líderes religiosos para o OEO era utilizado como moeda de barganha para tornar os projetos da Guerra à Pobreza mais interessantes para esses grupos.

Antes mesmo da Guerra à Pobreza lançar projetos de associação com grupos religiosos e Igrejas que promoviam serviços sociais, as organizações religiosas desempenhavam importante função no apoio social e econômico nas regiões mais empobrecidas dos Estados Unidos. Em especial sobre a comunidade negra, há uma tradição desde a abolição na formação de grupos de apoio e ajuda a partir de Igrejas Cristãs Protestantes. Com o movimento pelos direitos civis e o seu braço ligado à

religião, grupos como a *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) dispunham de programas próprios com o objetivo de promover alívio e auxílio aos mais pobres. Um desses programas foi a *Operation Breadbasket*, com funcionamento de 1962 até 1972, tinha como meta melhorar as condições econômicas das comunidades negras nos Estados Unidos<sup>29</sup>.

A *Operation Breadbasket* foi inicialmente dirigida por Fred C. Bannette Jr., amigo pessoal da família King, e passou por diversas regiões do país como Atlanta e Chicago. O foco inicial do programa refletia a preocupação das Igrejas negras com justiça e igualdade econômica, por isso o objetivo era lutar pela dessegregação dos empregos e a criação de novas oportunidades dentro da comunidade negra, inclusive incentivando o empreendedorismo. Foi em Chicago, segundo Beltramini Enrico, que o programa alcançou o ápice do seu sucesso. No ano de 1967, o então estudante Jesse Jackson era o diretor local do *office* e se destacou pelo êxito no auxílio do crescimento de empreendedores negros e se aliou em outras causas como o *Chicago Freedom Movement* liderado por Martin Luther King Jr. A princípio, a *Operation Breadbasket* esteve bastante conectada com as táticas tradicionais do movimento pelos direitos civis religioso, porém, ao passar dos anos, houve uma maior radicalização das pautas com a morte de Luther King e aproximação dos ativistas do *black power*, que desde o

<sup>28</sup> BAUMAN, Robert. *Op cit.*p.7.

<sup>29</sup> BELTRAMINI, Enrico. “SCLC Operation Breadbasket: From Economic Civil Rights to Black Economic Power”. *Fire!!!, Expanding the Narrative: Exploring New Aspects of the Civil Rights Movement Fifty Years Later*, Vol. 2, No. 2, 2013..

início tinham contato com o programa por muitas vezes convergirem com o pensamento dos membros das Igrejas sobre a necessidade de melhorar as condições econômicas dos negros. O afastamento das bases religiosas as substituiu por uma militância menos ligada na questão da justiça e mais enfática na urgência de transformação na condição de desigualdade econômica que os negros viviam. Essa mesma situação foi enfrentada pelo OEO com a radicalização do movimento negro e do próprio movimento pelos direitos civis, o que representou para o governo uma dificuldade e um afastamento entre parte das lideranças negras dos agentes do OEO.

### 3. Conclusão

Inserida em um projeto que pretendia ampliar as bases deixadas pelo *New Deal* e de reatualizar o *welfare state* para um novo contexto de grandes tensões político-sociais e pressão por novos direitos coletivos, especialmente a questão dos direitos civis, a Guerra à Pobreza aliou políticas destinadas ao combate da carestia com outras destinadas aos direitos civis e à inclusão social e econômica dos negros e outras minorias. Em conjunto com as decisões da Suprema Corte e ao fortalecimento do *National Security State*, a Grande Sociedade de Lyndon Johnson foi responsável por um substancial ataque ao poderio e autonomia dos estados e municípios a partir do endurecimento do poder da União, ao tornar o repasse de verbas dos programas sociais atrelados a fiscalização do governo central e também na substituição de

lideranças locais por, ou membros do OEO, ou líderes dos grupos sociais beneficiados pelos projetos. Naquele momento de enorme pressão social, os estados e municípios perderam as estruturas básicas que lhes permitiam excluir deliberadamente minorias raciais dos programas de benefícios sociais do governo e muitos membros das oligarquias apoiadoras dessas práticas perderam seus postos de poder para serem substituídos por líderes de movimentos sociais.

A Guerra à Pobreza, apesar de nunca se declarar como um projeto de auxílio aos negros nos Estados Unidos, tinha como preocupação fundamental a atuação entre este grupo da sociedade. Desde as reflexões sobre o impacto da pobreza e da desigualdade na sociedade aos problemas urbanos decorrente dos conflitos nos guetos, o OEO vai admitir estratégias já utilizadas pelo movimento negro e pelo movimento pelos direitos civis em seus programas, em uma tentativa de institucionalizar medidas e projetos que já eram conhecidos pelos grupos, como ao exemplo da *Operation Breadbasket*. A mobilização de bases religiosas é bastante emblemática no sentido da administração do OEO compreender quais elementos da cultura afro-americano poderiam ser inseridas nos programas da Guerra à Pobreza em um diálogo entre os objetivos do governo e as demandas do movimento negro.

Contudo, fazer uso de meios e signos já existente entre a comunidade negra não facilitou o processo de disseminação dos programas da Guerra à Pobreza a partir do



contato com as lideranças comunitárias, no sentido de que, mesmo com o CAP demonstrando apoio aos grupos religiosos e uma abertura para maior participação direta, houve uma reação muito forte da comunidade negra em face ao comando dos membros do OEO nos projetos sociais. Já existia uma familiaridade entre os negros com programas de auxílio que eram criados dentro das próprias comunidades e com os criados pelo governo central. Sendo assim, não era interessante participar de projetos institucionais que tentassem reorganizar a vida comunitária ou pretendessem “ensinar” para essas lideranças como administrar os recursos e melhorar a vida daqueles cidadãos. Houve muita desconfiança também com as intenções do Partido Democrata, que demorou a aprovar a lei pelos direitos civis e estava cada vez mais envolvido na Guerra do Vietnã.

Além disso, a capacidade de transformação dos programas da Guerra à Pobreza por parte das lideranças comunitárias assustou o governo central e os membros do OEO, inclusive os intelectuais que auxiliaram na elaboração e execução do projeto com seus cargos no OEO. Para eles, a cláusula de máxima participação comunitária não significaria, por exemplo, a utilização do espaço das agências e mesmo da verba para a organização de piquetes aos departamentos de bem-estar público ou o boicote ao sistema escolar<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo, a lógica da manutenção do silenciamento do movimento negro é visível na ideia por trás da Grande Sociedade, que se utiliza de estratégias presentes no

movimento pelos direitos civis no combate à desigualdade, mas não previa que esses mesmos negros tentassem alterar as estruturas previamente pensadas pelos intelectuais brancos associados ao governo ou que trabalhavam no OEO. A surpresa dos membros do OEO com as demandas das lideranças comunitárias e a resistência de comunidades na cooperação com a Guerra à Pobreza nos moldes inicialmente apresentados também é interessante, no sentido de tornar evidente o quanto esses intelectuais se entendiam portadores dos desejos dessas comunidades, mas sem consulta-los ou coloca-los como parte da liderança da Guerra à Pobreza. Apenas com o decorrer do programa governamental o Partido Democrata passou a abrir as portas para lideranças negras comunitárias, que tiveram sua representação política ampliada.

Ainda assim, os programas da Guerra à Pobreza representaram a abertura de um espaço para disputas de poder entre as mais variadas esferas políticas. Enquanto a União atacava diretamente a liberdade dos estados e municípios na administração das verbas e na criação de regimentos morais que modificavam as bases dos programas federais, o movimento negro e as lideranças comunitárias tomavam conta do espaço antes ocupado por oligarquias sem interesse em auxiliar tais setores. Ademais, as tensões sociais se refletiram na organização da estrutura dos projetos e a introdução dos grupos sociais fez com que estas estruturas se alterassem ainda mais ao longo do tempo. A ampliação da relação entre os democratas e as lideranças comunitárias também abriu espaço no

<sup>30</sup> PIVEN, Frances. *Op cit.* Versão Kindle. Posição 4510-4513.

Partido para a entradas desses representantes na vida política. Aos poucos, o movimento pelos direitos civis conquistou maior espaço dentro da organização da Guerra à Pobreza e da estrutura partidária.

- JOHNSON, Lyndon. State of The Union Address, 8 de janeiro de 1964. Disponível: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=26787&st=johnson&st1=war+on+poverty> (Acesso: 26/08/2015).

## BIBLIOGRAFÍA

- BAUMAN, Robert. Race and the War on Poverty: From Watts to East L.A; Norman: University of Oklahoma Press, 2008.
- BELTRAMINI, Enrico. "SCLC Operation Breadbasket: From Economic Civil Rights to Black Economic Power". Fire!!!, Expanding the Narrative: Exploring New Aspects of the Civil Rights Movement Fifty Years Later, Vol. 2, No. 2, 2013.
- BILLINGTON, Monroe. "Lyndon B. Johnson and Blacks: The Early Years." Journal of Negro History 62, January 1977, 26-42.
- GERSTLE, Gary. "A State Both Strong and Weak." American Historical Review 115, no. 3 (2010): 778-85.
- \_\_\_\_\_. Liberty and Coercion: The Paradox of American Government; Princeton: Princeton University Press, 2015.
- INMAN, Robert P.; RUBINFELD, Daniel L. "Rethinking Federalism". Journal of Economic Perspectives, Vol. 11, Nº4, 1997, pp.43-64.
- LEUCHTENBURG, William E. "The Pertinence of Political History: Reflections on the Significance of the State in America." Journal of American History, 73, Dezembro, 1986, 585-600.
- MCROBERTS, Omar. "The Rise of the Public Religious Welfare: Black Religion and the Negotiation of Church/State Boundaries during the War on Poverty" in SPARROW, James; NOVAK, William; SAWER Stephen (eds). Boundaries of the State in US History; Chicago. The University of Chicago Press, 2015.
- NOVAK, William J. "The myth of the 'weak' American state ". The American Historical Review. Vol. 113, No. 3, Jun., 2008, pp. 752-772.
- PIVEN, Frances. Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare; New York: Vintage Books, 1993. Versão Kindle.